



Adriana Almeida Sales de Melo

Biografia:

Professora-associada da Faculdade de Educação da UnB. Investigadora Colaboradora no Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona. Professora pesquisadora do PPGE/FE/UnB e mestrado profissional. Pós-doutoramento no ULHT/CeiED. Doutorado em Educação (Unicamp) e Mestrado em Educação (UFPE). Licenciatura e Bacharelado em Filosofia (UFPE). Supervisora acadêmica do CECAMPE-CO. Coordena o Grupo de Estudos sobre a Mundialização da Educação (CNPq/UnB). Membro do Comitê Gestor da Revista Com Censo (SEEDF). Contato: adrianasalesdemelo@gmail.com

Entrevistadores:

Carolina Carrijo Arruda

Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Psicobiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora de Biologia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Editora-chefe da Revista Com Censo Jovem e editora da Revista Com Censo (SEEDF). Contato: carolina.arruda@se.df.gov.br

Danilo Luiz Silva Maia

Graduado e mestre em Filosofia pela UnB. Doutorando em Metafísica pela UnB. Professor de Filosofia da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: danilo.maia@edu.se.df.gov.br

Desafios contemporâneos das Ciências na Educação Básica

Nota contextual: A entrevista com Adriana Almeida Sales de Melo integra a série planejada para 2024 como parte das celebrações dos 10 anos da *Revista Com Censo (RCC)*. A entrevistada acompanhou a trajetória da RCC desde o princípio como integrante de seu Comitê Gestor e, nesta entrevista, relembra os desafios da criação da Revista, seu estabelecimento enquanto iniciativa inovadora na SEEDF e também aborda as perspectivas para o futuro do periódico.

1. Revista Com Censo (RCC): Adriana Almeida Sales de Melo, você integra o Conselho Editorial da Revista Com Censo (RCC) desde os esforços prévios realizados para viabilizar a primeira publicação do periódico. Como membro do Comitê Gestor da RCC, você tem dado suporte e apoiado o trabalho da Revista desde o contexto de concepção dela. Conte-nos um pouco sobre a sua perspectiva nesse processo de criação da revista. Quais foram as maiores barreiras que a RCC vivenciou na sua gênese e nos primeiros anos de suas publicações?

Adriana Melo: Olá, colegas da Revista Com Censo (RCC), autores, autoras, leitores e leitoras, agradeço muitíssimo pelo convite para esta entrevista, assim podemos conversar um pouco mais sobre as condições iniciais da RCC desde a época em que ainda era um projeto inovador no âmbito da SEEDF, assim como sobre os projetos para o futuro! Havia, na época de sua criação, algumas necessidades relativas ao que hoje poderíamos chamar de gestão do conhecimento no âmbito da instituição e o próprio nome da revista também reflete estas necessidades históricas. Uma ideia inicial seria estimular os sujeitos de toda a rede pública de educação do DF a consultarem os dados que já eram produzidos, relativos ao Censo Escolar do DF, no sentido de auxiliar as escolas e seus gestores a acessarem as informações institucionais sobre si mesmos, a fim de que pudessem analisar a sua conformidade e dialogar com o próprio Censo. Outro objetivo original seria que as escolas pudessem produzir conhecimento sobre seu cotidiano, sua gestão, seus desafios e a sua própria cultura organizacional, a fim de produzir reflexões e discussões em forma de textos científicos, que pudessem ser divulgados a partir de uma revista científica voltada para as necessidades da rede pública do DF. Tais ideias, ideais e objetivos foram abraçados pela instituição e

a equipe inicial foi sendo organizada, com o convite a professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), há 10 anos! Nessa época fui convidada, assim como o colega Remi Castioni, para fazer parte da equipe gestora da RCC, pois além de fazermos parte dos programas de pós-graduação acadêmico e profissional da FE/UnB, também já tínhamos trânsito na editoração de revistas acadêmicas, além do papel sempre valorizado de avaliadores deste tipo de revista. Construir o primeiro regulamento da RCC também se configurou como um grande desafio, pois seria a primeira revista científica a ser produzida no âmbito da SEEDF, exigindo um grande esforço da Secretaria e de suas subsecretarias no sentido de visualizar o seu *locus operandi*; assim como era gigantesco o desafio de motivar os sujeitos em atividade na SEEDF, nas regionais, nas escolas e as próprias comunidades escolares como um todo. Organizar os cargos e funções das pessoas, assim como normatizar o fluxo dos processos organizacionais da RCC; todas estas atividades foram de grande importância para iniciar o processo de criação da revista. Outro desafio importante se referiu à qualificação e ao reconhecimento nacional e internacional da RCC, pois havia desde o início, a intenção de que a RCC fosse construída como periódico científico que pudesse veicular a produção científica da SEEDF e também pudesse estimular e divulgar pesquisas, relatos de experiências e tantas outras formas de conhecimento artístico, filosófico e científico. Embora não fosse um objetivo em curto prazo, a equipe inicial da RCC colocou como objetivo a médio e longo prazos que a mesma pudesse ser avaliada no futuro pela CAPES a fim de participar como revista qualificada no sistema Qualis. Isto permite ainda hoje em dia que o periódico aumente seu alcance com relação a leitores, divulgadores, autores e autoras, fazendo com que o conhecimento produzido possa ter uma maior exposição social e debate crítico também. O processo de avaliação e posterior qualificação de periódicos científicos da CAPES envolve atualmente quesitos que vão desde a forma e fluxo de avaliação por pares, em forma duplo-cego (duas pessoas avaliando o mesmo texto, com independência e transparência), até à clareza dos procedimentos de avaliação e publicação dos produtos, à manutenção da periodicidade dos mesmos; assim como a sua divulgação e transparência de todas as suas fases, desde o recebimento dos textos, à sua editoração e publicação. A questão dos recursos para o financiamento da RCC também foi um motivo de preocupação, pois não havia inicialmente previsão de recursos na Secretaria para a impressão da revista, no entanto, a equipe gestora conseguiu apoio para que ela fosse impressa já desde o terceiro número. Como ainda era desconhecida pela Rede e público em geral, a questão da divulgação foi muito bem cuidada, desde a motivação para que os autores enviassem seus trabalhos, com a definição bem clara e

transparente dos prazos, requisitos e forma dos mesmos, além do compartilhamento dos objetivos da RCC, mesmo antes de sua primeira publicação. Assim, creio que desde o primeiro ano da RCC e do seu primeiro número, cada passo foi dado no sentido de publicar cada volume e número com a qualidade que uma publicação do tipo necessita, para criar e manter tanto sua credibilidade junto à comunidade científica, quanto o seu fluxo de recebimento, avaliação e publicação de textos. Enfim, o caminho da RCC foi sendo construído junto ao seu caminhar e, com certeza, são lembranças que remetem à criatividade e inovação da equipe inicial e iniciativa da instituição. Aos desafios iniciais, se somam os desafios para manter a qualidade e ampliação do acesso a autores, autoras, leitoras e leitores da RCC!

2. RCC: Tendo em vista o contexto mencionado na questão anterior, quais desafios você acredita que serão preponderantes para a gestão futura deste periódico tendo como ponto de partida a experiência até agora consolidada?

Adriana Melo: Creio que existem várias dimensões de desafios, entre eles os desafios do dia a dia da Revista, que envolvem toda a gestão do conhecimento de um periódico científico, como a regulação dos fluxos de divulgação dos prazos para a submissão de novos produtos, o contato permanente com os organizadores dos dossiês, o contato com os diversos tipos de participantes de cada número da RCC, o sistema de recebimento dos produtos, com transparência e impessoalidade e o envio dos trabalhos aos avaliadores *ad hoc* da mesma; assim como os fluxos de acompanhamento da avaliação por pares, todo o cronograma da editoração da revista, até a sua publicação de forma virtual e impressa. Depois ainda temos a execução da fase da divulgação e promoção de engajamento para a sua leitura; tudo isso é apenas a base da publicação de uma revista científica; no entanto, outros desafios se somam a esta tarefa complexa necessariamente colaborativa.

A manutenção de sua periodicidade, com um planejamento muito preciso da quantidade de textos e demais produtos a serem publicados em cada volume da revista, com um planejamento (também permanente) com relação, por exemplo, ao equilíbrio entre as temáticas da revista e a gestão do seu conhecimento sobre si mesma! A visualização do perfil dos leitores, a partir do acesso aos elementos da revista, a análise desse perfil, o planejamento para ampliar o universo de leitores, não somente quanto à quantidade de acessos, mas também sabermos quem está produzindo conteúdo para a RCC, quem está divulgando, que escolas estão fazendo estudos coletivos a partir dos dossiês, tudo isso também compõe o montante de desafios cotidianos para as equipes que compõem a RCC. O planejamento editorial, o cuidado

com o equilíbrio entre a composição das temáticas a serem abordadas e as demandas da instituição exigem um planejamento cuidadoso desta fase da gestão do conhecimento e uma atenção permanente com relação a todos os seus detalhes. Para a realização de cada passo de tais atividades, a composição das equipes gestora e executora também exige uma atenção especial, para garantir que a RCC tenha um equilíbrio entre as subáreas de pesquisa dentro da grande área da pesquisa em educação! A dimensão da garantia de recursos e possibilidades de articulação de parcerias também demanda das equipes gestora e editorial uma visão de integração e também de planejamento para o futuro para viabilizar as necessidades de manter a qualidade da mesma, associada à preocupação com a sua divulgação local, nacional e internacional.

3. RCC: Além de pesquisar sobre educação superior e educação digital, você também investiga sobre o fenômeno da mundialização da educação - temática que estudou em seu doutorado, pauta principal do grupo de pesquisa que você coordena (GEP-Mundi - CNPq/UnB). Assim, considerando o contexto de predominância de uma cultura de individualismo, consumismo e competitividade, como localizar o papel de um periódico científico, como a RCC, de modo a bem orientá-lo junto ao desafio de gerir conhecimentos no âmbito da Educação Básica pública?

Adriana Melo: MUITÍSSIMO obrigada pela pergunta, pois as questões teóricas que envolvem o conceito do individualismo necessitam de discussão permanente em nossa sociedade, neste nosso momento histórico e também para o futuro. Na minha tese, que foi defendida no começo do século corrente, tentei lançar a discussão da categoria do individualismo como um valor moral radical, que seria um dos pilares do pensamento econômico do liberalismo clássico e também do neoliberalismo, tudo com o objetivo mais específico de entender as políticas educacionais que estavam sendo desenvolvidas na América Latina e Caribe, de forma mais geral, e no Brasil e na Venezuela de forma mais específica, entre os séculos XX e XXI. Naquela pesquisa de doutoramento, que dirige minha atenção como pesquisadora até hoje, uma questão real que me incomodava era como os professores com os quais eu trabalhava e convivía – seja no âmbito do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, seja nas formações com os professores dos municípios alagoanos, seja a partir da experiência como professora efetiva de filosofia no ensino médio no Estado de Rondônia no início dos anos 90 – tinham contato com políticas educacionais das mais diversas em suas vivências profissionais. Tomando como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que presenciei historicamente “chegarem às escolas” sem uma discussão coletiva apropriada – ora iam sendo incorporados à sua prática,

ora simplesmente os *kits* dos PCNs eram armazenados e exibidos em estantes ou gavetas, onde ficavam muitas vezes ainda em sua embalagem original durante vários anos! Com relação aos PCNs, eram raros os relatos de que tivessem sido discutidos coletivamente nas escolas, ou mesmo por grupos de professores, que continuaram por sua vez utilizando o livro didático como se fossem o próprio currículo. Se os temas não entrassem na agenda sindical, local ou nacional, raramente seriam discutidos no âmbito das escolas e até a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou mesmo, posteriormente, do Plano Nacional da Educação, não parecia fazer parte da agenda cotidiana do trabalhador da educação em geral. Dessa forma, me preocupava com a origem de tais marcos legais históricos que fariam grandes mudanças na área das políticas educacionais nacionais. Quais eram os interesses em correlação, que projetos de sociedade e de educação estavam em disputa, e qual seria a sua ligação com as mudanças provocadas pelos processos de globalização que estávamos vivenciando no final do século XX: eram questionamentos típicos daquela época histórica. Ainda parecia algo de ficção científica o fato de fabricar peças de um automóvel em países diferentes, montar em outros, transportar e vender em outros; com trabalhadores diferentes, com qualificações e salários diferenciados em cada uma das plantas diferentes. Como pensar a educação nacional nos vários países do mundo, para a formação deste novo tipo de trabalhador, de novas relações sociais de produção, de novas tendências político-econômicas? A globalização se faria presente em todo o mundo? Como interferiria na comunicação, no compartilhamento dos saberes, nos direitos humanos, na necessidade de universalização da educação, na formação de professores, na criação e divulgação científica e na educação como um todo? Naquela pesquisa, aponte para algumas contradições da época, a partir da leitura de autores como Antonio Gramsci, Lucia Neves e Carlos Nelson Coutinho, como a contradição entre a socialização cada vez mais intensa dos saberes no mundo inteiro, e também nas décadas seguintes com a ampliação do uso das possibilidades da internet e com a apropriação e reprodução destes saberes por grupos sociais restritos. Foi questionada também a história construída por alguns organismos internacionais sobre a vocação de alguns países em criar ciência, tecnologia e inovação e de outros países em somente utilizar estes novos conhecimentos, sem a vinculação de sua criação com suas políticas educacionais e os conhecimentos e competências necessárias enquanto parte da educação básica nestes países. No âmbito de tais questionamentos, o papel dos periódicos de divulgação científica toma outros rumos se queremos planejar nosso futuro para sermos um país que utiliza os saberes criados por outros ou se investimos em criar e possibilitar o acesso, de forma coletiva e também colaborativa, a estes

conhecimentos. No caso da RCC, enquanto periódico científico que tem suas singularidades, no sentido da sua identidade e pertencimento à SEEDF, enquanto veículo não somente de divulgação, mas também indutor de produção científica, esta se imbuí de responsabilidades que incluem trazer luzes à rede da educação pública do DF quanto à importância da sistematização sobre o conhecimento que é produzido pelos seus sujeitos, em relações profundamente coletivas e também colaborativas. Se os processos relativos à globalização desde o século passado trouxeram muitos ônus ligados às políticas econômicas neoliberais, que durante muito tempo contribuíram para limitar e mesmo extinguir muitas políticas sociais e de redistribuição social no Brasil e em todo o mundo, também possibilitaram que nossa produção de conhecimento pudesse ser compartilhada também de forma global! Creio que um grande desafio das revistas científicas atuais é o da ampliação da chamada de produções e divulgação do que for sendo produzido para mais e mais pessoas e grupos, para além do acesso local, a fim de fazer com que o que se produz localmente possa ser conhecido e reconhecido universalmente. O desafio do compartilhamento de conhecimento hoje em dia enfrenta uma multiplicidade e diversidade de produção de conteúdo pelas redes sociais e tantos outros canais de informação e comunicação, fazendo com que a responsabilidade da SEEDF e da RCC também se amplie, como objetivo a ser permanentemente perseguido!

4. RCC: Quais as maiores adversidades que esta época digital que vivenciamos impõe para a formação de leitores, considerando a perspectiva da Educação Básica? E quais são as suas expectativas futuras para a gestão do conhecimento no contexto da Educação Básica e Superior?

Adriana Melo: Nesta época histórica em que estamos apenas começando a aprender a lidar com conceitos da gestão do conhecimento para os quais, a pouco tempo, não atribuíamos tanta importância, é como se estivéssemos sempre reaprendendo a conviver nestes momentos históricos de transição digital. Lembro que, nos anos 70, passamos do fato de ter poucas casas com a presença de um rádio, para muitas casas com a presença de uma televisão. Com relação ao rádio, estive lembrando esses dias, em sala de aula com maioria de estudantes “na casa” dos vinte anos, que não havia como hoje transmissões em 24 horas por dia, com tantas estações nacionais e mesmo acesso via internet a estações em todos os países do mundo; quando havia programas com horas marcadas para a sua transmissão, quando as pessoas da vizinhança vinham ouvir com atenção e silêncio, muitas vezes debruçados nas meias portas de madeira abertas só na parte superior, como nas cidades do interior de Pernambuco. O compartilhamento de programas de notícias, transmissões políticas de discursos e as novelas

do rádio e programas de músicas cantadas ao vivo eram uma festa para a convivência familiar e muitas vezes comunitária, até nas praças e bairros das pequenas e grandes cidades. A televisão seguiu também muitas vezes as mesmas tradições familiares e comunitárias, embora mantivesse cada vez mais pessoas nos seus horários de lazer dentro de suas casas e depois nos seus quartos, de forma isolada. Cada vez mais estamos saindo de nossas vivências comunitárias pessoais e presenciais para a convivência virtual, de compartilhamento de produções individuais de conteúdos e recreação de comunidades virtuais com noções de pertencimento social ainda muito pouco estudadas. Há pouco tempo estávamos discutindo nas faculdades de educação o problema do tempo que as crianças passavam na frente da tela da televisão assistindo reprises e programas infantis nem sempre adequados, vulneráveis às propagandas e ao comércio das imagens, sons e ideias veiculados por alguns poucos ou mesmo por um único canal de televisão aberta. Discutíamos sobre as consequências que tal hábito cultural poderia ter na vida e na capacidade de aprendizado destas novas gerações; hoje tais questões tomaram rumos históricos diferentes. Hoje nos preocupamos com as consequências da exposição das novas gerações aos valores veiculados pela intensa difusão da comunicação via redes sociais, assim como de empresas desenvolvedoras de programas e aplicativos que cativam e promovem verdadeiros comportamentos repetitivos, cujo único objetivo é permanecer com a atenção das pessoas presas no próprio ambiente virtual, engajando e viciando crianças, adolescentes e adultos a tal ponto que modificações no próprio corpo humano começam a ser estudadas por várias áreas com mais profundidade. São consequências nefastas do uso do celular, ou dos diversos tipos de computadores pessoais por várias horas seguidas nos seres humanos, como o movimento repetitivo dos olhos, perda de equilíbrio, baixa de imunidade, descuido com a própria saúde física e mental, além de tantos outros sintomas neurológicos que ainda nem conseguimos ver nem prever. São múltiplas as modificações de comportamento, de indução de comportamento, de possibilidade de formação de consenso de forma geral e para grupos específicos de forma particular, com profundas consequências no futuro das novas gerações. A perda de capacidade de pensar o futuro, de planejar, de ter esperanças de mudança, de desenvolver competências que envolvem a reflexão sobre o presente e a vontade de sobreviver pode estar sendo pouco a pouco atingida por estas novas formas de usarmos esse tipo de conhecimento e vivências que diminuem a própria vontade de viver e trabalhar do ser humano em geral. Com relação à escola, chegamos a um nível em que os próprios professores têm dificuldade em conviver com os dispositivos

eletrônicos de seus alunos, com escolas e sistemas públicos inteiros lançando mão de regulamentação que impede o uso de celulares, por exemplo, ou de aplicativos de IA em sala de aula ou para a realização de trabalhos escolares e acadêmicos. No entanto, esconder a realidade e ir incorporando de forma não reflexiva seus problemas é somente a melhor forma de fazer com que se acumulem os problemas e desafios para o cotidiano escolar e universitário, para citar somente essas duas dimensões de nossas vidas. Desconsiderar ou ignorar que não vivemos num mundo repleto de informações que nos chegam sob forma de programas sempre mais novos, rápidos e melhores de geração de conhecimento por programas que utilizam inteligência artificial generativa; desconhecer o vício na velocidade com que estas informações chegam aos nossos sentidos, em situações em que as pessoas têm que escolher entre ver um vídeo, imagem ou som e as consequências que isso tem em nosso dia a dia educacional são problemas cada vez mais intensos. É a relação atual com a qual convivemos, por exemplo, com aulas cuja duração de 40 minutos entram em competição em nossos cérebros, mentes e todo o corpo com 240 ou mesmo 500 vídeos de 10 ou 5 segundos, ou menos. Desconhecer e não se debruçar sobre o quanto o mundo da desinformação, mentiras, *fake news* planejadas por empresas em diferentes partes do mundo para induzir comportamentos em grandes massas de população no mundo inteiro, impulsionando o consumo de mercadorias, produtos, ideias, conceitos e também gerando novas atitudes, competências e capacidades; fingir que nada disso está acontecendo é tão pernicioso quanto as consequências de sua materialização. Quando lembramos que existe uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o seu complemento, a BNCC Computação, que pode nos auxiliar a pensarmos juntos sobre estes problemas e desafios, nos preocupa o fato de que muitas redes públicas ainda não atentaram para a importância de se discutir profundamente tais questões como tarefa permanente pelas escolas e suas comunidades escolares. Assim como foi uma preocupação histórica de que o livro impresso tomasse o lugar do exercício da memória humana; assim como foi uma grande preocupação de que o cinema pudesse substituir o teatro e outras expressões artísticas, e as fitas de vídeo cassete e VHS afastassem as pessoas do cinema; assim como foi uma preocupação de que a televisão destruísse a convivência das famílias e comunidades e acabasse com toda a cultura envolvida nos programas de rádio; assim como foi uma preocupação gigantesca a exposição das novas gerações a conteúdos veiculados livremente pelas mais diversas dimensões de produção de conhecimento proporcionado pela internet; hoje temos desafios que beiram à veiculação de projetos de sociedade fascistas disfarçados de “pensamento conservador”, que

incentivam pessoas de todas as idades a cometerem crimes hediondos como se estivessem apenas exercendo sua “liberdade de expressão”. Por outro lado, de forma contraditória, estão cada vez mais intensas as vivências no âmbito da transição digital atual e que também fazem parte das novas capacidades de criação e inovação da humanidade. Fazem parte do aumento de possibilidades de reconhecermos a informação como parte importante de ampliação de todos os nossos direitos. O acesso à informação sobre direitos; o caminhar na ampliação da universalização da educação como fundamento das políticas educacionais públicas; a ampliação de pesquisas colaborativas no mundo inteiro para a criação de novas vacinas e formas de ampliar a cobertura vacinal da humanidade; as questões relativas ao desenvolvimento sustentável e à economia verde, o combate à fome e à desnutrição que, cada vez mais, chama a atenção mundial; a conscientização sobre a realidade que já afeta nosso mundo sobre as mudanças climáticas; a possibilidade de termos acesso à construção de conhecimento cada vez mais complexo no âmbito da nossa escola pública; tudo isso faz um contraponto interessante para repensarmos nossos projetos de sociedade e de educação. Quando temos uma revista como a RCC que se preocupa, por exemplo, em valorizar o conhecimento que se produz no cotidiano escolar, fortalecemos esperanças de que possamos investir esforços existenciais na sua renovação; assim como foi um grande desafio histórico reconhecer a escola como exercício do direito à educação e local de geração de novos conhecimentos; hoje procuramos valorizar e estimular a criação de tais conhecimentos produzidos no âmbito das escolas e universidades pelos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, inclusive com a criação de uma RCC Jovem, que tem como objetivo a divulgação de conhecimento produzido pelos próprios estudantes, em seus coletivos. Tudo isso nos dá esperança de que podemos construir novos espaços de compartilhamento de saberes que podem significar passos em direção a novos projetos de futuro. O que podemos aprender com as experiências e pesquisas dos autores da RCC e da RCC Jovem? Como podemos ampliar nossos conhecimentos com os dossiês temáticos da RCC, em que os textos e os diálogos com outros autores pesquisadores podem nos fazer pensar, refletir, criticar, avançar em nossas próprias pesquisas? Sendo cada vez mais necessário em nossas vidas o diálogo, a convivência, o esclarecimento em seu sentido amplo e o reconhecimento de que precisamos ampliar nosso diálogo para além da nossa vivência local e buscar novos espaços de convivência virtual, presencial ou por meio do acesso cada vez mais amplo aos periódicos científicos. Parafraseando Josué de Castro, queremos trazer a escola debaixo dos pés, e nossa mente na imensidão do futuro.

5. RCC: Quais suas recomendações para o uso pedagógico das edições da RCC nas escolas? Adicionalmente, de que forma o conteúdo desse periódico poderia ser utilizado como apoio para tomada de decisões em gestão pública na SEEDF e em políticas educacionais?

Adriana Melo: Bem, no caso da RCC, além das sugestões que a própria equipe gestora vem construindo com o diálogo entre as pessoas e os dados criados a partir das meta-avaliações da própria revista, o que muitas vezes provocou mudanças internas, de ampliação da equipe, adequação aos critérios da CAPES, e que levava a RCC a ser considerada B1 em sua última avaliação no sistema Qualis de classificação nacional de periódicos científicos; temos os movimentos em direção ao estímulo e engajamento da rede pública de educação da SEEDF, e também o engajamento das instituições de ensino superior do DF, instigando a produção e divulgação do que já se produz no âmbito da pesquisa educacional local, bem como diversas pequenas e grandes mudanças na editoração e condução da divulgação da própria revista nas redes sociais, no convite direto às escolas, no acolhimento às sugestões de temas para os dossiês, bem como o fortalecimento das outras sessões da revista; assim como temos também muitas projeções e sonhos para o futuro. Se, quando falamos de recursos públicos e contribuições para a tomada de decisão política científica que podem colocar a RCC em outro patamar de divulgação científica, no sentido de dialogar com cada vez mais sujeitos, reconhecemos que temos os limites de gestão, financeiro e de decisão que depende da posição da RCC no âmbito de sua instituição criadora e mantenedora, a SEEDF. No entanto, quando pensamos no futuro, nos permitimos também sonhar em alcançar metas e projetos que talvez não tenham lastro material hoje, mas poderão ter amanhã! Creio que a divulgação da

RCC nas escolas, não somente do DF, como dos demais entes federativos do Brasil, se torna cada vez mais uma necessidade. É importante que a RCC continue sendo um instrumento de troca de experiências e confronto de ideias e ações. A leitura virtual da RCC é essencial no mundo de hoje, no entanto, a ampliação de número de volumes impressos também é importante, quando pensamos na composição do acervo das bibliotecas escolares e no acervo da própria SEEDF. Para autores adultos e jovens, também é importante que se valorize o acesso a volumes impressos de suas próprias produções. Tenho hoje muito orgulho e satisfação de ter em mãos livros e capítulos que publiquei no início da minha carreira (já lá se vão 34 anos, sendo 27 na carreira de magistério do ensino superior) e as mudanças epistemológicas e metodológicas ocorridas desde então em minha vida acadêmica. O livro impresso, a revista impressa ainda tem seu valor não apenas sentimental, mas possibilitando o acesso aos seus produtos, principalmente para as novas gerações. Dito isto, sempre que posso falar publicamente nas reuniões de lançamento ou mesmo nas reuniões internas da equipe gestores da RCC, procuro expor a necessidade de um maior diálogo com outros periódicos semelhantes no âmbito das secretarias de educação, sejam elas estaduais ou municipais, ou mesmo de outros países. Creio que a ampliação da equipe da RCC é uma necessidade quando se trata de ampliar e criar novos diálogos e aprender com experiências semelhantes que possam estar sendo produzidas no Brasil, na América Latina e em todo o mundo. A valorização do trabalho da RCC, em suas dimensões educacionais, culturais, e de criação e divulgação de conhecimento científico, artístico, filosófico e cultural; seu reconhecimento cada vez mais necessário pela SEEDF e pelos seus pares é um caminho que deve ser construído de forma permanente. ■